

ACTA Nº 3 – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 19 de Junho de 2010

No dia dezanove do mês de Junho do ano de dois mil e dez, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da acta da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 17 de Abril de 2010;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

4.2 – Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Montalegre;

4.3 – Assembleia Municipal de Chaves / Proposta sobre a Unidade Hospitalar de Chaves;

4.4 – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes / Relatório de Gestão e Contas de 2009/ Para conhecimento;

4.5 – AMAT/ Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2009/Para conhecimento;

4.6 – ADRAT / Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano económico de 2009/ Para conhecimento;

4.7 – ADRAT, Sociedade Unipessoal / Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano económico de 2009/ Para conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e seis membros. Não compareceram à chamada os deputados Fernando Calvão, Guilhermina Costa, Sandra Carvalho, António Santos, Rui Alves, Filipa Alves, João Surreira, Acácio Gonçalves, Mário Mendes, José Costa, Luís Marinho, Pedro Giesteira, João Anjo, José Moura, Manuel Antunes, José Ferrage, Joaquim Alves, António Pereira, Sebastião Martins, António Dias, Manuel Alves, José Dias, Manuel Gonçalves, Paulo Barroso e Paulo Pinto.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Ana Dias, António Santos, Sónia Fernandes, Luís Marinho, Cristóvão Calhelha, Pedro Giesteira e Manuel Antunes.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Guilhermina Costa, Rui Alves, João Surreira e António Dias.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da acta da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 17 de Abril de 2010.

A acta da sessão ordinária do dia 17 de Abril de 2010 foi posta à consideração, tendo os deputados Nuno Pereira e Pedro Barroso feito alguns reparos.

O deputado Nuno Pereira disse que na página 2, no último paragrafo, a transcrição não tem sentido, pois a palavra “a” retirada do contexto não significa nada. Deveria constar “...proponho uma recomendação à Câmara Municipal para que proceda de imediato à reavaliação dos artigos indicados como polémicos e a propor nova aprovação/discussão dos artigos que se impõem”.

O deputado Pedro Barroso disse que na intervenção do deputado António Cascais se nota uma ausência de frases importantes e que deveriam ficar em acta. Por exemplo, na página 13, o deputado António Cascais disse que o Município de Montalegre fez um grande investimento na promoção do concelho em jornais locais e nacionais e que lamenta não ver essa promoção no Jornal Povo de Barroso. Também falta a resposta do Sr. Presidente quando disse que deu ordem para a Câmara Municipal de Montalegre não dar publicidade a esse jornal pois cometeria uma ilegalidade uma vez que se trata de um jornal partidário.

Posta a votação, a acta foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou autorização à Assembleia para proceder à adenda de dois assuntos na ordem de trabalhos, a saber:

4.8 - Minuta de Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro entre o Município de Montalegre e a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre.

4.9 - Convénio de Cooperação Transfronteiriça entre os Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Vila Pouca de Aguiar e a Deputação Provincial de Orense para a criação da Assembleia de Cooperação Transfronteiriça do Vale do Tâmega.

2 – Expediente para conhecimento.

Não foi recebido qualquer expediente.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, Nuno Pereira, Pedro Barroso e Francisco Surreira.

O deputado João Soares falou da intensa actividade cultural que se viveu quer nos Encontros de Basto e Barroso quer na Feira do Livro e disse que foi com viva satisfação que viu outros concelhos aqui representados. Agradou-lhe o número de visitantes, o acompanhamento feito e o incentivo à leitura. Os intercâmbios são muito enriquecedores. Os oradores foram brilhantes e Montalegre mostrou que tem condições e que sabe receber.

Felicitou a Câmara Municipal de Montalegre, nomeadamente a Dra. Gorete Afonso e a Vereadora da Educação, Dra. Fátima Fernandes, pelo excelente trabalho.

O deputado Nuno Pereira deixou uma nota sobre José Saramago e lamentou a sua morte.

Destacou as iniciativas feitas pela Câmara para animar o concelho pois é necessário manter a esperança no futuro e lamentou que os outros sectores de actividade não acompanhem as iniciativas desenvolvidas pelo executivo.

Falou sobre o fecho das escolas e disse que espera que o Senhor Presidente da Câmara tome as devidas providências para que se cumpra a carta educativa, mas tendo sempre em conta as necessidades das crianças. Este assunto deve ser bem negociado.

O deputado Pedro Barroso felicitou a Junta de Freguesia de Montalegre por, nas suas instalações, ter apoiado a criação de um Gabinete de Inserção Profissional.

O deputado apresentou a seguinte proposta à Mesa: "Eu, Pedro Jorge Pereira Barroso, deputado municipal, venho por este meio propor a esta Assembleia a criação de uma Comissão de Trabalho (estudo), não remunerada, para analisar a actual gestão administrativa do concelho de Montalegre e apresentar um novo modelo para a gestão autárquica concelhia que inclua, nomeadamente, a redução para menos de um terço do actual número de freguesias.

A proposta final deverá ser apresentada para apreciação e votação nesta assembleia no prazo máximo de um ano a contar da presente data. Montalegre, 19 de Junho de 2010. Assinado, o deputado municipal, Pedro Barroso".

O deputado Francisco Surreira alertou o executivo para o facto da Escola Dr. Bento da Cruz não ter para raios verificando-se, nesta última trovoadada, alguns estragos materiais.

Disse ainda que na estrada em direcção às piscinas estão umas valas abertas já há algum tempo e convém que sejam tapadas.

Inscreveram-se para intervir, acerca da proposta apresentada pelo deputado municipal Pedro Barroso, os deputados António Cascais, João Soares, Nuno Pereira e Joaquim Pires.

O deputado António Cascais disse que todo o país fala sobre o assunto da reorganização dos concelhos e das freguesias, mas disse que Montalegre é muito pequeno e insignificante para que, sozinho, consiga alguma alteração. Percebe a proposta e tem todo o mérito, mas a Assembleia, para já, deve-se ficar apenas pela sensibilização. Pois, à semelhança de certos livros de Saramago, a proposta pode ser apresentada antes de tempo.

Disse que há um poder que se deve manter, que é o couto, pois respeita-se mais o couto que algumas assembleias. Onde existe essa pratica, deveria manter-se.

O deputado João Soares disse que concorda que esta proposta entre em discussão e concorda com a reforma administrativa do país, mas não podemos ir muito mais longe do que a sensibilização.

O deputado Nuno Pereira disse que a Assembleia é incompetente para analisar tal proposta. Esta peca por ser estreita porque quem fala em freguesias também deve falar em concelhos. É melhor reconvertê-la em recomendação de forma a que se crie uma Comissão Autárquica de defesa dos interesses das pessoas.

O deputado Joaquim Pires disse que no Governo do Eng^o António Guterres falou-se nesta remodelação e na regionalização, mas ninguém levou isto a sério. Neste momento é consensual e mais cedo ou mais tarde é o que vai acontecer. A Assembleia Municipal de Montalegre não tem muito a fazer, apenas pode sensibilizar.

O deputado Pedro Barroso disse que o objectivo da proposta era o de lançar o debate pois o país não pode estar à espera que Lisboa decida o futuro. Pediu que se retirasse a proposta.

O Senhor Presidente da Câmara manifestou o seu apreço pela figura de José Saramago, pelo prestígio que a sua obra deu à língua e à cultura portuguesa pela voz contestatária, mas capaz e lúcida até ao último momento.

Disse que a Feira do Livro foi um grande certame, pela participação de todas as entidades envolvidas e pela capacidade de atractividade que cria a Montalegre. Falou da criação do Gabinete de Inserção Profissional e disse que é um projecto/ candidatura da autarquia com a colaboração da Junta de Freguesia de Montalegre, mas é um tipo de serviço que já há muito tempo tem vindo a ser assegurado pela Câmara.

Sobre a proposta apresentada pelo deputado Pedro Barroso, disse que devemos ter sempre em conta que, como autarcas, devemos ter a ambição de não deixar morrer as aldeias e as freguesias.

Sobre o fecho das escolas disse que não há problemas sobre esse assunto. Há acordos e compromissos para dar condições condignas a todos os alunos.

Sobre os pára-raios disse que grande parte dos edifícios públicos não os têm.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril, João Soares, Pedro Barroso, Nuno Pereira, Domingos Afonso e Joaquim Pires.

O deputado Luís Carril reconheceu o mérito do trabalho desenvolvido pelo Ecomuseu e realçou que o executivo, para aumentar o orçamento na promoção do concelho, diminuiu os trabalhos nas freguesias, não concordando com esta opção.

Disse que as despesas apresentadas são muito elevadas mas destacam-se a iluminação pública e o aquecimento de edifícios. Perguntou se já foram tomadas medidas para combater estas despesas.

Relativamente aos subsídios, perguntou se todos os sapedores florestais estão a ser apoiados pela Câmara Municipal.

Perguntou ainda porque é que a verba do Clube Desportivo e Cultural de Montalegre vem inserida nos financiamentos excepcionais.

O deputado João Soares falou do destaque que Montalegre tem em termos de promoção e disse que o Grupo Coral de Montalegre também contribui para isso, pois ainda agora o grupo vai representar a região para o Alto Alentejo. Agradeceu à Câmara pelo apoio que tem dado em termos de transporte.

O deputado Pedro Barroso falou sobre as verbas dos parques eólicos e perguntou quais são os benefícios das freguesias com esse negócio.

Perguntou se a Câmara corre risco de ver reprovadas obras financiadas por fundos comunitários, uma vez que o Governo está a tomar drásticas medidas de austeridade.

Falou do caminho do Monte da Vila pois merece alguma atenção e até mesmo ser objecto de estudo do Ecomuseu. É um caminho que várias vezes é utilizado para fins promocionais, como foi o caso das Carrilheiras do Barroso.

Disse que o Ecomuseu é um projecto que está muito focado no local espacial e deveria focalizar-se mais no terreno e nas pessoas.

Perguntou como é que foi calculado o número de visitantes do Ecomuseu e a sua própria gestão.

Perguntou qual foi a despesa efectiva que a Câmara teve com o Europeu de Ralicross e se houve algum retorno. Deu os parabéns à Câmara pelo esforço que tem feito em dinamizar a pista automóvel, com provas frequentes.

O deputado Nuno Pereira disse que não podem exigir raciocínios para que se estabeleçam objectivas directas e unívocas entre custos benefícios em iniciativas que preenchem um vasto território e com muitos intervenientes.

Realçou a iniciativa do Ecomuseu e das Carrilheiras do Barroso pois levou muita gente à Vila da Ponte onde visitaram os moinhos e onde envolveram a população local.

Disse que fica contente por ver que o deputado Luís Carril já admite que a promoção tem retorno.

Falou dos 13.190 euros de tarifa de saneamento e disse que este está a ser um sorvedouro de dinheiro que convém acautelar.

Falou ainda do valor das rendas da EDP e disse que convém continuar a pressionar a empresa pois se calcularmos o que ela recebe só de iluminação pública e dos edifícios municipais, vemos que não é um bom negócio para Montalegre. Devem-se repensar os ramais existentes para que se diminuam custos de electricidade.

Falou das verbas atribuídas aos estágios profissionais e aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção e disse que convém que, no clima de ânsia de poupança, não seja esquecida a parte social que estes programas representam.

Disse ainda que não entende como é que o Município de Montalegre está a gastar dinheiro com os sapadores florestais pois constou-lhe que há freguesias que dividem esse mesmo dinheiro entre várias pessoas. É uma questão de moralidade.

O deputado Domingos Afonso perguntou porque é que a entrada no Ecomuseu não é paga, pois em qualquer zona do país um espaço como esse era bem pago e rentabilizado.

Falou sobre os saneamentos e as taxas e pediu que houvesse mais fiscalização pois há gente isenta que não deveria estar. Pode haver injustiça social.

Falou sobre a sucata espalhada pelas aldeias do concelho e disse que todos os Presidentes da Junta deviam estar mais atentos aos aspectos ambientais e paisagísticos da região.

O deputado Joaquim Pires falou sobre o edifício do Centro de Dia de Viade e disse que este parece estar ao abandono. Há necessidade de fiscalização técnica e de pedir responsabilidades, pois gastou-se muito dinheiro, devendo-se pedir soluções ao empreiteiro.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não haverá prejuízo para as Freguesias, relativamente à poupança que temos que implementar, mas há compromissos de grandes investimentos, que vêm de trás, que têm que ser cumpridos.

Em termos de relação entre a despesa e a receita corrente, disse que a Câmara Municipal de Montalegre é das autarquias da nossa dimensão, a que tem melhor rácio.

Sobre a situação financeira da Câmara disse que estamos em época de crise e é melhor estarmos preparados para as dificuldades. Toda a gente tem que ter noção que a Câmara vai receber menos dinheiro e que tem que haver prioridades muito bem definidas. Tem que se tentar cortar em tudo, mas temos que ter consciência social. Pediu a colaboração de todos.

Disse que a piscina foi o pior investimento que a Câmara fez pois é o espaço que mais despesa faz e com poucos utilizadores. Disse que vai cortar 10% no valor dos subsídios e vai reavaliar os apoios sociais e os apoios às escolas. E lembrou que no Agrupamento de Escolas de Montalegre, cada aluno custa, ao Estado, à volta de 8 mil euros por ano.

Disse que a Unidade Móvel de Saúde vai acabar e, na Vila de Montalegre, vai mandar cortar 30% de luz pública.

Disse que os Sapadores Florestais são da responsabilidade dos Conselhos de Baldios, mas a Câmara estabeleceu protocolo para que se garantam esses postos de trabalho.

Disse que o CDCM recebe apenas o que está no protocolo e que tem a obrigação de ter o espaço disponível para a população local.

Felicitou o Grupo Coral de Montalegre pois é um exemplo que não recorre de subsídios da Câmara, apenas necessita da disponibilidade dos autocarros. Merece esse apoio pela excelente representação que faz do concelho.

Disse que 2,5% da receita das eólicas dão para cobrir os encargos dos lares e da Unidade de Cuidados Continuados que vamos contribuir e que, por isso, as contas actuais da Câmara não se consideram afectadas com esses grandes investimentos.

Disse que a estrada de Chaves vai ser feita, há compromissos assumidos, mas há processos administrativos nos fundos comunitários que são complicados.

Disse que os caminhos agrícolas só serão executadas se houver fundos comunitários, porque a prioridade vai para a estrada de Chaves e a beneficiação da rede viária.

Disse que o conceito do Ecomuseu não merece ser espezinhado, pois trata-se dum projecto de futuro e de desenvolvimento. O número de visitantes foi apurado através de um registo/ inquérito feito na recepção do Espaço Padre Fontes. Quanto à despesa do Ecomuseu, disse que é apenas a dos funcionários, que são poucos, não contabilizando o recurso aos estágios profissionais.

Sobre o pagamento da entrada no Ecomuseu, disse que já foi pensada, mas é uma ideia que precisa de ser amadurecida já que a entrada livre é um estímulo à visita de grupos e a vinda dessa gente a Montalegre constitui um apoio á actividade económica.

Sobre as despesas do Ralicross, disse que se gastaram 30 mil euros, mas ainda não foram apresentadas facturas.

Sobre as sucatas nas aldeias, disse que há uma equipa permanente a fazer a recolha de ferro velho.

Sobre o Centro de Dia de Viade, disse que é daquelas obras que se fosse hoje não era feita. A Segurança Social deu dinheiro para a construção, avançou com a obra e nem licença tinha. É um escândalo pela falta de profissionalismo e agora ninguém quer ser dono da asneira. Disse que apenas teve conhecimento quando a obra estava feita e se se começou a falar dos seus problemas, mas já nada pôde fazer.

Inscreeveu-se para segunda intervenção o deputado Nuno Pereira.

O deputado Nuno Pereira disse que não quer ser mal interpretado e realçou que ele não é contra a existência dos Sapadores Florestais, mas acha que deve haver uma relação transparente entre quem paga e os proprietários dos terrenos onde os sapadores vão intervir. A Câmara deve estabelecer critérios de transparência.

Relativamente aos coutos, falados pelo deputado António Cascais, disse que isso é que seria uma catástrofe. Estes nunca se devem sobrepor às Juntas de Freguesia.

Falou ainda das escolas e disse que com o novo modelo de gestão das escolas, o Estado passou a gastar mais 200 milhões de euros por ano. E isto significa que do ponto de vista qualitativo nada se alterou, apenas trouxe um acréscimo adicional de custos. É uma medida que não trouxe benefícios rigorosamente nenhuns, antes pelo contrário. A escola perdeu o respeito pelo Director.

O Senhor Presidente da Câmara sobre o Centro de Dia de Viade, realçou que ninguém quer ser dono da obra e se entregassem o edifício à Junta de Freguesia aquilo funcionava melhor.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

4.3 – Assembleia Municipal de Chaves / Proposta sobre a Unidade Hospitalar de Chaves

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril, António Ferreira e Pedro Barroso.

O deputado Luís Carril propôs que a bancada do Partido Socialista nomeasse dois deputados e que a bancada do Partido Social Democrata nomeasse um e referiu o nome do deputado Fernando Calvão, uma vez que pertence à área da saúde.

O deputado António Ferreira propôs os deputados Ana Dias e Cristóvão Calhelha.

O deputado Pedro Barroso disse que Montalegre é dos concelhos que mais beneficia com o melhoramento do Hospital de Chaves e as pessoas que vão integrar a Comissão deverão ter isso em conta.

A proposta de adesão, participação e apoio foi posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

Relativamente à constituição da Comissão, com representantes de todos os Grupos Municipais, foi proposta uma lista única composta pelos deputados Fernando Calvão, Cristóvão Calhelha e Ana Isabel Dias. Posta a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.4– Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes / Relatório de Gestão e Contas de 2009/ Para conhecimento

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.5 – AMAT/ Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2009/Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.6 – ADRAT / Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano económico de 2009/ Para conhecimento

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.7 – ADRAT, Sociedade Unipessoal / Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano económico de 2009/ Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado João Soares.

O deputado João Soares disse que trabalhou em Angola durante três anos na área da gestão, arquivo e documentação e quando chegou à Borralha pediram-lhe ajuda para organizar o arquivo das minas sendo que toda a etiquetagem dos documentos é da sua autoria. Revelou que há lá um espólio patrimonial e cultural valioso que é de preservar e valorizar.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.8 – Minuta de Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro entre o Município de Montalegre e a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Luís Carril.

O deputado Luís Carril perguntou se o dinheiro em causa, previsto no protocolo, é considerado dívida da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara disse que é um compromisso mas não pode ser considerada como dívida pois então teria que ter o espaço como sua propriedade.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.9 – Convénio de Cooperação Transfronteiriça entre os Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Vila Pouca de Aguiar e a Deputação Provincial de Orense para a criação da Assembleia de Cooperação Transfronteiriça do Vale do Tâmega.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

5 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada, nos termos do nº 1 do artº92º do Decreto- Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº: 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Joaquim Pires

O 1º Secretário

Manuel Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Vinhas